

**Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães**  
**um debate interpretativo sobre a questão agrária nos anos 1960**

**Resumo**

Graduado em História pela UFSM; Mestrando em História pela UFRGS.  
ricardorussell@gmail.com,  
ricardo.russell@ibest.com.br

O presente trabalho tem como propósito expor algumas idéias referentes ao tema da questão agrária encontradas nas obras de intelectuais pertencentes ao PCB. Os autores escolhidos para este trabalho foram Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. A escolha destes autores foi realizada levando em consideração a importância da participação dos mesmos no debate político e intelectual da década de 1960, comprovado através das obras publicadas no período. Deste modo, tentaremos apreender a contribuição destes autores no debate político sobre a questão agrária através das especificidades e singularidades de suas idéias.

**Palavras-chave:** Questão agrária. Intelectuais. Debate político.

**Abstract**

This paper discusses some ideas related to agrarian question found in some works of PCB (Brazilian Communist Party) intellectuals. The paper focuses on the following authors: Alberto Passos Guimarães and Caio Prado Júnior. The selection of these authors was based on their importance for the political and intellectual debate in the 60's, which can be demonstrated by the publications of the period. Henceforth this article aims to present the legacy of these authors in the political debate on agrarian question, showing the singularities of their ideas.

**Key-words:** Agrarian question. Intellectuals. Political debate.

As transformações que ocorreram no Brasil a partir da década de 1930, com a gradual modificação de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial assentada nos setores urbanos, ajudaram a configurar uma nova realidade socioeconômica baseada na crença de que o desenvolvimento industrial seria a porta de entrada para a modernização e a superação do secular atraso do país.

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), acentuou-se a industrialização brasileira através da entrada de capital externo no fomento a chamada indústria de base. A situação no campo, no entanto, continuou a ser marcada pelo baixo índice de mecanização assim como a acentuada utilização de técnicas rotineiras. Quando no final dos anos 1950 diminuiu o ritmo de industrialização, as características da estrutura agrária do país tornaram-se componente sistemático do debate político que procurava soluções para os impasses econômico.<sup>1</sup> Nesse momento a constatação do descompasso da realidade agrária em comparação com a situação urbano/industrial, contribuiu para a elaboração de um determinado tipo de análise.

A análise dual, tradicional e moderna, nas suas variantes distintas, ganhou corpo para dar conta de uma realidade de contradições latentes em movimento. A eliminação dessa “dualidade” trazia como necessidade o desenvolvimento capitalista (o que unificava as preocupações), o qual deveria impulsionar a modernidade em todo o espaço geográfico e em diferentes segmentos sociais (GONÇALVES, 1999: 35).

Devido à relevância histórica da grande propriedade fundiária na constituição da estrutura agrária do país a questão agrária passou a ser associada com muita ênfase a concentração da propriedade fundiária e com a possibilidade de sua eliminação a partir de um processo de redistribuição das grandes propriedades rurais que pudesse dinamizar a economia do país com a conseqüente expansão do mercado interno para o campo e o aumento da produção de matérias-primas para os centros urbanos e para as indústrias.<sup>2</sup>

Um dos principais participantes do debate em torno da questão agrária nessa época foi o PCB. A partir de seu projeto de desenvolvimento esse partido procurou compreender os problemas que envolviam o campo. Segundo seu projeto político o Brasil era um país dependente, subdesenvolvido, mas com potencialidades para ser autônomo no momento em que adotasse um conjunto de medidas que pudesse erradicar os entraves ao seu desenvolvimento. Esses entraves estavam identificados na burguesia comercial, cujos interesses estavam articulados com o comércio exterior, e nos latifundiários. Esses últimos seriam responsáveis pela manutenção de arcaicas relações sociais de produção no campo, dificultando o florescimento das potencialidades econômicas do país. A superação desta estrutura sócio-econômica para o PCB seria possível somente através de um regime político que impulsionasse as transformações necessárias, rompendo com a dependência externa e extirpando pretéritas relações sociais de produção existentes.

1. Neste momento passam a ser caracterizados os problemas agrários enquanto uma questão agrária. Esta questão se reveste de uma amplitude nacional, tendo em vista que a sua solução era vista como essencial para o país como um todo. Silva, JOSÉ GRAZIANO DA. *O que é questão agrária*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

2. Os movimentos sociais que surgiram neste período como as Ligas Camponesas, no Nordeste, em 1955, e o MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra), no Rio Grande do Sul, em 1961, questionando a estrutura agrária do país, também contribuíram para a ascensão da questão agrária nos debates políticos. Mais detalhes In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

tes no campo. Para isso acontecer seria fundamental uma aliança dos trabalhadores rurais e urbanos com a chamada burguesia nacional, segmento social que teria interesses voltados ao nacional e ao desenvolvimento independente do país (ALMEIDA, 2003).

O projeto político desse partido, denominado como democrático-burguês, tinha a percepção da existência de um setor econômico atrasado no país, o agrário, em oposição ao setor que se modernizava rapidamente, o industrial. Entretanto, essa interpretação sobre a realidade social do país não encontrou consenso no interior do PCB. Sintomático foi o caso da questão agrária. Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, membros do partido, polemizaram esse projeto a partir dos estudos que desenvolveram sobre o campo. Para melhor compreendermos a posição desses dois intelectuais no debate político, nos deteremos nas próximas páginas nos trabalhos que desenvolveram sobre a questão agrária no início da década de 1960.

### **A matriz histórica da questão agrária brasileira:**

#### 1. Alberto Passos Guimarães (1908-1993)

Alberto Passos Guimarães, nascido em 1908 na cidade de Maceió, foi um economista e historiador atento ao debate político do início da década de 1960 sobre a questão agrária. Em 1963 publicou seu livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, no qual procurou elucidar alguns aspectos desse tema a partir de uma interpretação histórica sobre o campo brasileiro. Procurando valorizar essa perspectiva histórica, nossa análise procurou tomar como base quatro eixos: caráter da colonização; características da grande propriedade fundiária; relações sociais de produção; medidas para a solução da questão agrária. Esse procedimento também foi utilizado na análise da obra de Caio Prado Júnior.

##### a) caráter da colonização:

Para compreender a estrutura fundiária do país, Alberto Passos Guimarães partiu da gênese colonial brasileira, uma vez que viu nesse princípio as raízes explicativas do caráter da estrutura agrária. Para esse autor, a colonização do Brasil foi fruto da expansão marítimo-comercial europeia e da desagregação do regime feudal naquele continente. No entanto, o processo colonizatório foi marcado pelo predomínio dos interesses de uma fidalguia próxima a Coroa portuguesa e sedenta em recuperar um poder que estava sendo minado.

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, êle não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa (GUIMARÃES, 1968: 22).

A submissão do empreendimento da colonização a uma estrutura nobiliárquica demonstrou

a força dos fidalgos sem fortuna sobre os plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura. Um sintoma claro dessa situação foi a divisão dos territórios coloniais em imensas propriedades, manifestação do interesse da metrópole portuguesa em lançar na América os fundamentos econômicos de uma produção feudal, o qual foi efetivado através da distribuição da terra mediante o regime de sesmaria.

b) características da grande propriedade fundiária:

A colonização brasileira, como afirmada anteriormente, ocorreu através da divisão do território conquistado em imensas extensões de terras doadas a indivíduos com condições de produzir e mantê-las. O autor denominou essas grandes extensões de terra como latifúndios:

Como latifúndios, temos conceituado, neste trabalho, as unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968: 223-224).

A propriedade fundiária oriunda dessa divisão desenvolveu uma feição ao mesmo tempo feudal e colonial, presente tanto no regime de sesmaria, quanto nos engenhos, nas fazendas de gado ou nas fazendas de café. A grande propriedade fundiária tornou-se o principal meio de produção no campo, impondo a outros setores econômicos seus interesses e objetivos, principalmente a manutenção de uma estrutura agrária desigual.

c) relações sociais de produção:

No que diz respeito às relações sociais de produção no campo, Alberto Passos afirmou que o monopólio da terra nas condições pré-capitalistas em que a agricultura foi submetida assegurou a classe latifundiária um poder que se perpetuou ao longo do tempo: o poder extra-econômico. Esse poder representou o domínio dos latifundiários sobre as coisas e as pessoas, exercido dentro ou em torno das grandes propriedades fundiárias.

Tôdas essas e outras relações extra-econômicas derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho (GUIMARÃES, 1968: 36).

Essa dinâmica social perpetuou os fatores regressivos e atrasados existentes na estrutura fundiária do país, reforçando as interligações com formas primitivas de capital comercial e, a partir do século XIX, a dependência a trustes internacionais, os novos compradores da produção latifundiária.

d) medidas para a solução da questão agrária:

Após a análise de algumas características da estrutura agrária brasileira, Alberto Passos Guimarães apresentou algumas medidas que considerou adequadas para solução da questão agrária a partir de sua interpretação sobre o campo. Um aspecto importante dessa interpretação foi reconhecer a existência de feudalismo no país.

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária (GUIMARÃES, 1968: 33).

Para Alberto Passos Guimarães o não reconhecimento de um passado feudal tinha como conseqüência a defesa de um passado capitalista<sup>3</sup>, politicamente não-reformista e não-revolucionária para a solução dos problemas do campo, e sim evolucionista: desenvolvimento gradual e sem reformas. Desse modo negar o feudalismo significava retirar da reforma agrária seu conteúdo dinâmico e revolucionário.

Êsse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal do movimento pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção de tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968: 34).

Assim a reforma agrária seria medida indispensável para a solução da questão agrária em face dos efeitos a que viria proporcionar para a agricultura, aos trabalhadores rurais e ao país de um modo geral.

Romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país (GUIMARÃES, 1968: 38).

A abordagem de Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária, não foi específica de sua pessoa, mas compartilhada por boa parte dos membros do seu partido no início da década de 1960. Se levarmos em consideração que o PCB foi uma das principais referências para a esquerda brasileira no começo dessa década, reconheceremos que as idéias de Alberto Passos sobre a questão agrária foram importantes no seu momento histórico, tendo sido parte de uma geração que trouxe importante questionamento sobre nossa realidade social, sendo que algumas dessas indagações ainda hoje permanecem não resolvidas.

Caio Prado Júnior (1907-1990)

Caio Prado Júnior nasceu na cidade de São Paulo em 1907. Membro do PCB desde o início da

---

3. Em relação à tese de um suposto capitalismo brasileiro Alberto Passos Guimarães debateu principalmente com Roberto Simonsen, o qual citou várias vezes em seu trabalho. Simonsen em 1937 publicou o livro *História Econômica do Brasil*, no qual defendeu a existência do capitalismo na sociedade brasileira desde o início da colonização.

década de 1930, esse historiador se caracterizou tanto pela militância política quanto pela produção intelectual, geralmente voltada para a realidade brasileira. A partir de meados dos anos 1950 seus trabalhos sobre aspectos da vida social, econômica e política do país começaram a aparecer na Revista Brasiliense (LIMONGI, 1987). Nas páginas dessa revista foram publicadas as principais reflexões desse autor sobre a questão agrária. Segundo Astor Diehl a tese central de Caio Prado residiu na tentativa de fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira (DIEHL, 2004). Neste sentido, a questão agrária ocupou papel fundamental para a concretização da revolução. O texto de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária que vamos analisar foi publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 28, de março/abril de 1960 com o título de *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, tendo sido posteriormente publicada em uma coletânea denominada *A questão agrária*.

a) caráter da colonização:

A intenção em compreender os problemas do campo levou esse autor, semelhantemente ao caso de Alberto Passos, a estudar as origens da formação social brasileira. Segundo sua análise o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária no Brasil era reflexo da forma como a estrutura agrária havia sido constituída no período colonial. Sua existência em meados do século XX denotava a permanência dessa estrutura cujas raízes se encontravam nesse passado tão distante, mas ao mesmo tempo tão próximo.

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus (PRADO JR., 1979: 48).

O autor reconhecia que importantes mudanças haviam acontecido do Brasil colônia ao Brasil Republicano do século XX. Houve, por exemplo, a ocupação e integração do território em um todo unificado. Um crescimento e adensamento demográfico, com um fluxo imigratório significativo. A diversificação das atividades econômicas com a inserção de um setor industrial, assim como uma progressiva urbanização e constituição de um mercado interno, com a formação no país de uma nacionalidade autônoma, com existência e aspirações próprias. Porém:

Mas essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta (PRADO JR., 1979: 49).

Outra característica resultante dessa dinâmica agrária foi o desenvolvimento de uma dualidade nas atividades rurais onde surgiu por um lado uma atividade voltada para a obtenção de um produto de alta expressão comercial e, por outro lado, atividades subsidiárias voltadas para a

produção de gêneros de subsistência para uma população local.

b) características da grande propriedade fundiária:

O sucesso da grande propriedade fundiária para esse autor esteve assentado em dois fatores: a disponibilidade relativamente abundante de terras para essa propriedade se constituir e a disponibilidade de força de trabalho. Essas circunstâncias foram os principais fatores que historicamente determinaram os baixos padrões de vida da população rural, a qual sem muitas possibilidades de acesso a terra se viu na situação de se sujeitar ao trabalho nas grandes propriedades, pelo preço determinado pelo grande proprietário de terra, de um modo geral um preço baixo.

A grande propriedade, baseada em uma exploração comercial em larga escala, conseqüentemente foi responsável tanto pelos obstáculos opostos ao progresso quantitativo da pequena propriedade, ao constranger as possibilidades de seu crescimento, assim como por desviar para si e em seu benefício às forças propulsoras de que dispunha o organismo econômico do país.

c) relações sociais de produção:

As relações sociais de produção no campo foram vistas dentro de uma lógica agromercantil, uma vez que historicamente a principal finalidade da existência da grande propriedade fundiária tinha sido o mercado e o lucro. Em relação à remuneração dos trabalhadores rurais, Caio Prado Júnior afirmou que:

Podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado (PRADO JR., 1979: 60).

Essas formas de remuneração tinham um caráter de locação de serviços, sendo essa a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. O caráter de locação de serviços foi visto por Caio Prado como uma forma assimilável ao assalariado uma vez que sua principal finalidade era a prestação de serviços.

A caracterização das relações de trabalho no campo colocou esse historiador na linha de frente de combate a uma das principais posições defendidas por grande parte das esquerdas no início dos anos 1960, principalmente o seu partido, o PCB. Essa posição era a defesa da existência de um passado feudal cujos resquícios ainda eram presentes no campo. Para esse autor a caracterização das relações de trabalho no campo como "feudais", ou "semifeudais", poderia ser usada como carga pejorativa ou emocional para formas extremamente brutais de exploração do trabalho. Seria simples questão de conveniência e convenção lingüística. No entanto, essas expressões eram utilizadas contendo o entendimento de relações de trabalho no campo implantadas, se não no direito positivo e na legislação, no direito consuetudinário e em relações jurídicas institucionais não escritas.

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro - mas sempre motivo de ordem circunstancial - o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (PRADO JR., 1979: 66).

As relações de trabalho estavam circunscritas a lógica da exploração efetuada na grande propriedade fundiária, ou seja, obtenção de lucro por parte do grande proprietário de terra, também sobre os seus trabalhadores.

d) medidas para a solução da questão agrária:

A questão agrária em Caio Prado Júnior foi vista na relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária cujo traço essencial consistia na acentuada concentração da propriedade fundiária e na riqueza de seus proprietários. Assim, a solução da questão agrária foi proposta compreendendo os grandes proprietários e fazendeiros enquanto homens de negócios, sendo a terra sua principal fonte de lucro, enquanto para os trabalhadores rurais seria a principal fonte de subsistência. Para modificar essa dinâmica socioeconômica do campo Prado Júnior afirmou:

Não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo e estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária (PRADO JR., 1979: 82-83).

Em novo artigo publicado na Revista Brasiliense, n.º43, de setembro-outubro de 1962, Caio Prado continuou defendendo a reforma agrária enquanto medida necessária para a solução da questão agrária, mas passou a ressaltar também a importância de uma legislação trabalhista para os trabalhadores rurais enquanto um instrumento de mudança social no campo.

### **Algumas considerações sobre a questão agrária em Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior**

No início da década de 1960 a questão agrária esteve presente nos principais debates políticos do país. Permeando as discussões político-partidárias ou os debates acadêmicos, os problemas do campo buscaram ser apreendidos em projetos de desenvolvimento e modernização das estruturas sociais do país.

A alta concentração fundiária, a heterogeneidade do sistema produtivo e das relações de trabalho no campo, com a presença de formas "pré-capitalistas" como os foreiros, moradores, parceiros e agregados, e as baixas condições de vida dos empregados rurais eram os

principais componentes que configuravam uma questão agrária naquele momento (KAGEYAMA, 1993).

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior marcaram presença nesse debate. A análise de Alberto Passos sobre a questão agrária, como vimos, ressaltou o surgimento da estrutura fundiária do país baseada em relações sociais de matiz feudal. A partir desse ponto de vista sua perspectiva para a superação da questão agrária pressupôs a eliminação dos obstáculos feudais para possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e dos camponeses. Caio Prado, por sua vez, compreendeu a questão agrária dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, sendo seus problemas típicos desse modo de produção social. Assim, nesse autor o grande problema da questão agrária era a miséria material e a falta de amparo legal a que estavam submetidas às massas rurais. Ao invés de resquícios feudais, a miséria dos trabalhadores rurais era fruto do aprofundamento do próprio caráter capitalista existente no campo brasileiro, sendo necessário mudar essa relação.

O golpe civil-militar de 1964 significou uma derrota em termos políticos ao partido que esses dois intelectuais pertenciam, o PCB. A partir desse momento as novas forças políticas que assumiram o controle do Estado deram outra configuração a questão agrária, intensificando a mecanização do campo e a miséria da população rural sem acesso a terra (MARTINS, 1984). No entanto, mesmo que as idéias, não apenas do PCB, mas desses dois intelectuais, não tenham se cristalizado na realidade social, devemos compreender o estudo de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães em seu momento histórico, no interior do ambiente político em que debateram e nas perspectivas que defenderam. Isto torna mais fecundo o estudo de suas obras, nos permite refletir nossa realidade social assim como perceber a riqueza e contribuição de ambos os autores para o ambiente cultural e historiográfico brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. “Caio Prado Júnior: as idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão”. In: AXT, Gunter e SCHÜLLER, Fernando Luís (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

GONÇALVES, José Sidnei. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968.

KAGEYAMA, Angela. “A questão agrária brasileira: interpretações clássicas”. In: *Reforma agrária*. Campinas, SP: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Vol 23, nº 03, set/dez 1993.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Revista dos Tribunais, LTDA, Vol. 2, nº 5, outubro de 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979,

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.